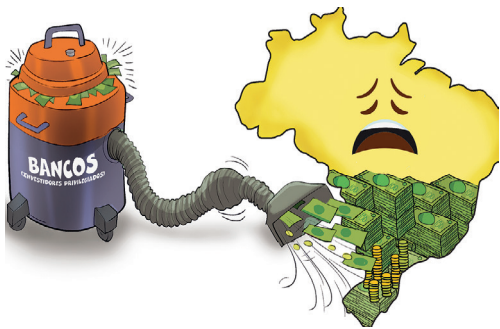


É NECESSÁRIO INTEGRAR NOSSOS POVOS NO ENFRENTAMENTO AO SISTEMA DA DÍVIDA

Saudamos as organizações, militantes e autoridades participantes desta importante Jornada Latino-Americana e Caribenha de Integração dos Povos. Manifestamos total solidariedade às lutas por justiça social contra a desigualdade e todas as formas de opressão e exploração, em defesa da natureza, das urgentes e necessárias reforma agrária, demarcação e proteção das terras indígenas e quilombolas. Somos solidários e solidárias, também, aos países



irmãos que lutam pela paz e soberania e sofrem com bloqueios e sanções impostas de maneira unilateral pelas nações imperialistas.

Conclamamos à unidade de ação para o fortalecimento das lutas contra o **Sistema da Dívida, conjunto de privilégios legais, políticos, econômicos, financeiros e de mecanismos ilegais, ilegítimos e fraudulentos que sugam nossas riquezas financeiras e naturais, condenam nossos países ao subdesenvolvimento e os seus povos à superexploração da força de trabalho, à ausência de serviços públicos de qualidade e universais, à piora das condições de vida, à violência e à morte.**

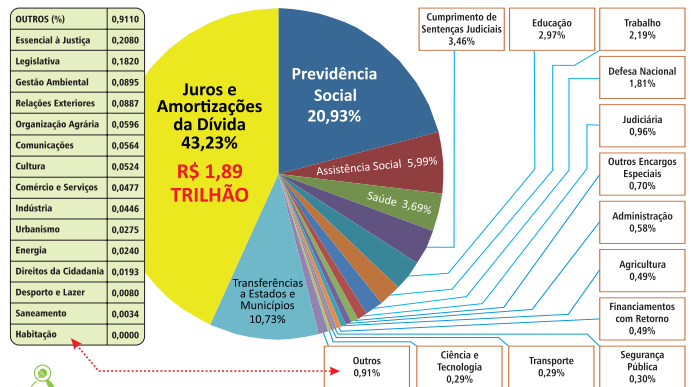
É graças a esse Sistema que a Dívida Pública dos países cresce por elas mesmas de forma assustadora sem que os mesmos recebam contrapartida em dinheiro, bens e serviços públicos. Além da cobrança de juros sobre juros (anatocismo/usura) são usados vários mecanismos de transferência do dinheiro da população, através do Banco Central, especialmente para os bancos e rentistas. Assim, enquanto uma pessoa tem uma dívida porque adquiriu um carro ou uma casa, por exemplo, **o Brasil tem uma dívida interna de cerca de R\$ 8 trilhões e o próprio Tribunal de Contas da União (órgão de controle) já declarou que a dívida pública não serviu para investimento no país, ou seja, é dívida sem contrapartida.** Esse Sistema interfere no modelo econômico concentrador de renda e riqueza nas mãos de poucos e tem sido justificado por teorias econômicas que não condizem com a nossa realidade.

Trata-se de uma política colonial e imperialista que afeta boa parte da América Latina e Caribe, implementada principalmente a partir das ditaduras militares. É uma imposição das elites mundiais, através de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco de Regulações In-

ternacionais (BIS), aliados às burguesias internas e à submissão dos governos de nossos países.

No caso brasileiro, como vemos no gráfico do orçamento federal executado em 2023, os gastos com o Sistema da Dívida consomem anualmente quase a metade do orçamento da União, comprometendo o financiamento dos direitos sociais como educação, saúde, moradia, previdência e assistência social, entre outros. **Para 2024, foram aprovados R\$ 2,5 trilhões para o gasto com juros e "amortizações" da dívida pública, correspondente a 45,98% de todo o orçamento federal.**

Orçamento Federal Executado (pago) em 2023 = R\$ 4,36 TRILHÕES



AUDITORIA Cidadã da Dívida
Fonte: Portal do Orçamento Federal - <https://portal.oref.org.br/> - e <https://www.tcu.gov.br/> (Tribunal de Contas da União).
Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida, Consulta em 24/12/2024. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com ênfase na Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (R\$ 1,89 Trilhões) e "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), "Cumprimento de Sentenças Judiciais" (Programa 0903), "Financiamentos com Retorno" (Programa 0902) e "Outros Encargos Especiais" (Programa da Função).

Esse volume de recursos é gasto para pagar uma dívida que quanto mais se paga mais ela cresce, que é administrada em grande medida sem transparência e que nunca passou por uma auditoria integral, apesar da Constituição Federal determinar desde 1988 que a auditoria deveria ser feita no prazo de um ano.

Enquanto isso, a população brasileira está submetida a políticas de **tetos para os investimentos sociais como a "Lei de Responsabilidade Fiscal" (Lcp 101/2000) e o "Novo Arcabouço Fiscal" (Lcp 200/2023)**, que colocam limites para os investimentos sociais e deixam livres os gastos cada vez maiores com a manutenção do Sistema da Dívida.

A lógica do Sistema é criar dívidas, desviar grandes volumes de recursos públicos a banqueiros e outras frações da classe dominante privilegiadas, **difundir ideologias de necessidade de um Estado mínimo**, restringir os investimentos do Estado e negar os direitos sociais. Dessa forma, os grupos econômicos privados podem **expandir seus lucros com a venda de serviços que deveriam ser públicos como a educação, o acesso à Universidade e os planos de saúde e previdência.**

Com o discurso da necessidade de pagar a dívida, **entrega-se também às corporações nacionais e estrangeiras nossas empresas estatais importantes** construídas com o trabalho do povo brasileiro

como a Petrobras (que vem sendo privatizada de forma fatiada), a Vale do Rio Doce (mineradora) e outras dos setores de energia, água, saneamento, rodovias, portos e aeroportos, gerando assim a concentração de poder econômico e político nas mãos de poucos e a perda de soberania do nosso país.

Além da União, o Sistema da Dívida também está presente em estados e municípios com mecanismos próprios para essas instâncias que geram dívidas ilegítimas, inclusive com a União agindo como agiota em relação aos mesmos, o que fere a Constituição Federal, pois o Brasil é uma república federativa e deve prevalecer a solidariedade entre municípios, estados, Distrito Federal e União.

Diante disso, entre diversas pautas, **lutamos pela auditoria integral da dívida pública com participação popular, a limitação dos juros no Brasil - para qualquer tipo de empréstimo a pessoas e empresas - a, no máximo, 12% ao ano (PLP 104/2022) e uma reforma tributária justa e progressiva.**

EXIGIMOS LIMITE PARA OS JUROS NO BRASIL



O Brasil é rico em petróleo, minérios, água potável, terras agricultáveis, tem a Amazônia, o Cerrado, o Pantanal e um grande potencial de matrizes energéticas. Além disso, mantemos mais de R\$ 4 trilhões em caixa há vários anos, somando nossas reservas internacionais e os recursos guardados no Tesouro Nacional e Banco Central.

Mesmo com tantas riquezas, a classe trabalhadora brasileira vive na superexploração com as altas jornadas de trabalho e os baixos salários. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, cerca de 70% das pessoas empregadas têm renda de até 2 salários mínimos. E cerca de um terço da população brasileira (mais de 70 milhões de pessoas) convivem com a fome e a insegurança alimentar. Não podemos mais aceitar essa realidade, da violência, das pessoas sem direitos à educação, saúde, moradia, cultura e lazer. Enquanto isso, os ricos ficam cada vez mais ricos, chegando ao absurdo de 5 bilionários brasileiros terem a mesma riqueza que metade da nossa população (equivalente a mais de 100 milhões de pessoas).

Sabemos que de um modo geral, resguardadas as diferenças, essa é a realidade da grande maioria dos países da América Latina e Caribe. Até quando seremos

condenados/condenadas ao subdesenvolvimento e à dependência externa com uma economia predominantemente baseada na exportação de matérias primas, com o saque de nossas riquezas financeiras e minerais, com as monoculturas praticadas pelo grande agronegócio voltado para a exportação que destroem a natureza, deixando um rastro de dano ambiental irreversível e não produzem alimentos saudáveis para nossos povos?

Unifiquemos nossas lutas no enfrentamento ao Sistema da Dívida mediante a realização de sua auditoria integral! Vamos garantir vida digna para os povos da América Latina e Caribe!

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

■ Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) é um movimento popular, criado após o grande Plebiscito sobre a dívida externa que ocorreu no ano 2000, no qual mais de 6 milhões de brasileiros e brasileiras votaram contra o pagamento da dívida sem a realização da auditoria. Desde então, as inúmeras investigações feitas de forma cidadã, bem como as participações institucionais do nosso movimento têm comprovado diversas irregularidades que reforçam a necessidade de uma auditoria integral da dívida pública, com participação social.

■ O Conselho Político da ACD é composto de dezenas de entidades sindicais e de movimentos populares. Convidamos todas as organizações brasileiras presentes nessa Jornada de Integração, que ainda não participam, que façam parte deste importante Conselho e dos Núcleos da Auditoria Cidadã que estão em funcionamento em diversos estados.

■ No momento a ACD constrói com diversas organizações e parlamentares duas importantes frentes de luta que estão abertas à participação de todos/todas: a Campanha Nacional por Direitos Sociais e a Frente Parlamentar pelo Limite de Juros e Auditoria Integral da Dívida com Participação Popular. Saiba mais em nosso site (www.auditoriacidada.org.br).

Aos companheiros e companheiras dos demais países, destacamos a importância da criação ou apoio a movimentos semelhantes. Contem com a nossa solidariedade internacionalista no enfrentamento conjunto ao Sistema da Dívida.

Venceremos!

**BAIXE A
CARTILHA
E SAIBA MAIS:**

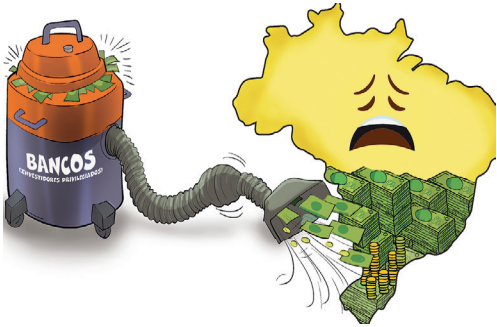


www.auditoriacidada.org.br
contato@auditoriacidada.org.br

Siga-nos nas redes digitais!

ES NECESARIO INTEGRAR NUESTROS PUEBLOS EN LA LUCHA CONTRA EL SISTEMA DE LA DEUDA

Saludamos a las organizaciones, militantes y autoridades participantes en esta importante Jornada Latinoamericana y Caribeña de Integración de los Pueblos. Manifestamos total solidaridad con las luchas por la justicia social contra la desigualdad y todas las formas de opresión y explotación, en defensa de la naturaleza, la urgente y necesaria reforma agraria, la demarcación y protección de las tierras indígenas y quilombolas. Somos solidarios y solidarias también con los países hermanos que luchan por la paz y la soberanía y sufren bloqueos y sanciones impuestas unilateralmente por naciones imperialistas.



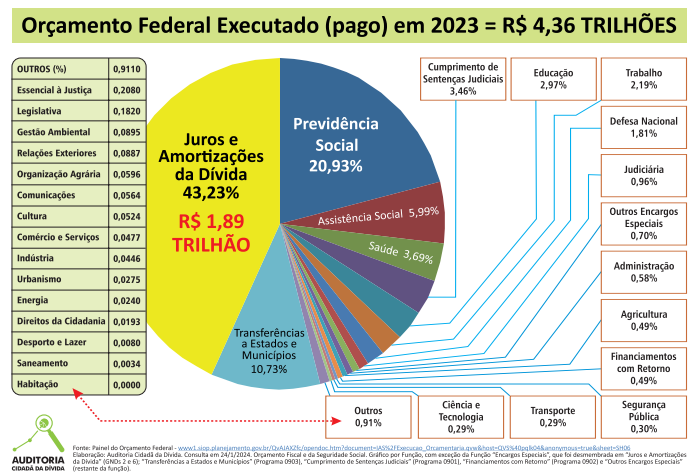
Llamamos a la unidad de acción para fortalecer las luchas contra el **Sistema de la Deuda, un conjunto de privilegios legales, políticos, económicos, financieros y mecanismos ilegales, ilegítimos y fraudulentos que drenan nuestras riquezas financieras y naturales, condenan a nuestros países al subdesarrollo y a sus pueblos a la sobreexplotación de la fuerza de trabajo, la ausencia de servicios públicos universales y de calidad, la empeora de las condiciones de vida, la violencia y la muerte.**

Es gracias a este Sistema que la deuda pública de los países crece de manera alarmante sin que estos reciban contrapartida en dinero, bienes y servicios públicos. Además del cobro de intereses sobre intereses (anatocismo/usura), se utilizan diversos mecanismos para transferir el dinero de la población, a través del Banco Central, especialmente a bancos y rentistas. Así, mientras una persona tiene una deuda porque compró un automóvil o una casa, por ejemplo, **Brasil tiene una deuda interna alrededor de R\$ 8 billones y el propio Tribunal de Contas da União (órgano de control) ya declaró que la deuda pública no fue utilizada para inversión en el país, es decir, es deuda sin contrapartida.** Este Sistema interfiere en el modelo económico que concentra riqueza en manos de unos pocos y ha sido justificado por teorías económicas que no corresponden con nuestra realidad.

Esto es una política colonial e imperialista que afecta a gran parte de América Latina y el Caribe, implementada principalmente desde las dictaduras militares. Es una imposición de las élites globales, a través de organismos internacionales como el Fondo Monetario Internacional (FMI), el Banco Mundial, el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y el Banco de Pagos Internacionales (BPI), aliados con las burguesías internas y la sumisión de los gobiernos de nuestros países.

En el caso brasileño, como vemos en el gráfico del presupuesto federal ejecutado en 2023, el gasto con el Sistema de la Deuda consume anualmente casi la mitad del presupuesto, comprometiendo la financiación de derechos sociales como educación, salud, vivienda, jubilaciones y asistencia social, entre otros. **Para 2024, se aprobaron R\$ 2,5 billones para gastos en intereses y "amortizaciones" de la deuda pública, correspondientes al 45,98% de todo el presupuesto nacional.**

Orçamento Federal Executado (pago) em 2023 = R\$ 4,36 TRILHÕES



Este volumen de recursos se gasta en pagar una deuda que cuanto más se paga, más crece, que se gestiona en gran medida sin transparencia y que nunca ha sido objeto de una auditoría integral, a pesar de que la Constitución Federal determina desde 1988 que la auditoría debería ser realizada hasta el plazo de un año.

Mientras eso pasa, la población brasileña está sujeta a políticas de **techos para las inversiones sociales como la "Ley de Responsabilidad Fiscal" (LCP 101/2000) y el "Nuevo Marco Fiscal" (LCP 200/2023)**, que imponen límites a las inversiones sociales y liberan las financiaciones cada vez mayores para mantener el Sistema de la Deuda.

La lógica del Sistema es crear deudas, desviar grandes volúmenes de recursos públicos hacia los banqueros y otras fracciones privilegiadas de la clase dominante, **difundir ideologías de la necesidad de un Estado mínimo**, restringir las inversiones estatales y negar los derechos sociales. De esta manera, los grupos económicos privados **pueden ampliar sus ganancias vendiendo servicios que deberían ser públicos, como educación, acceso a la Universidad, planes de salud y jubilaciones.**

Con el discurso de la necesidad de pagar la deu-

da, **nuestras importantes empresas estatales construidas con el trabajo del pueblo brasileño también son entregadas a corporaciones nacionales y extranjeras**, como Petrobras (que está siendo privatizada de forma fraccionada), Vale do Rio Doce (empresa minera) y otras de los sectores de energía, agua, saneamiento, carreteras, puertos y aeropuertos, generando así la concentración del poder económico y político en manos de unos pocos y la pérdida de soberanía de nuestro país.

Además, el Sistema de la Deuda también está presente en estados (provincias) y municipios con mecanismos propios para estas instancias que generan deudas ilegítimas, incluso con el Gobierno Federal actuando como usurero frente a ellas, lo que viola la Constitución, pues, Brasil es una República Federativa y la solidaridad entre los municipios, los estados, el Distrito Federal y el Gobierno Federal debe prevalecer.

Ante esto, entre varias reivindicaciones, **luchamos por la auditoría integral de la deuda pública con participación popular, la limitación de las tasas de interés en Brasil - para cualquier tipo de préstamo a personas y empresas - a un máximo del 12% anual (PLP 104/2022) y una reforma tributaria justa y progresiva.**

EXIGIMOS LIMITE PARA OS JUROS NO BRASIL



Brasil es rico en petróleo, minerales, agua potable, tierras cultivables, tiene la Amazonia, el Cerrado, el Pantanal y un gran potencial de fuentes de energía. Además, desde hace varios años conservamos más de 4 billones de reales en efectivo, incluidas nuestras reservas internacionales y los recursos almacenados en el Tesoro Nacional y en el Banco Central.

Mismo con tantas riquezas, la clase trabajadora brasileña vive en sobreexplotación con largas jornadas laborales y bajos salarios. Según el **Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística - IBGE**, alrededor del 70% de las personas empleadas tienen ingresos de hasta 2 salarios mínimos. Y alrededor de un tercio de la población brasileña (más de 70 millones de personas) vive con hambre e inseguridad alimentaria. Ya no podemos aceptar esta realidad, de violencia, de personas sin derechos a la educación, a la salud, a la vivienda, a la cultura y al ocio. Mientras los ricos se enriquecen cada vez más, llegando al absurdo de que 5 multimillonarios brasileños tengan la misma riqueza que la mitad de nuestra población (equivalente a más de 100 millones de personas).

Sabemos que en general, con sus particularidades, esta es la realidad de la gran mayoría de los países de América Latina y el Caribe. ¿Hasta cuándo estaremos condenados al subdesarrollo y a la dependencia externa con una economía predominantemente basada en la exportación de materias primas, con el saqueo de nuestras riquezas financieras y minerales, con los monocultivos practicados por el grande agronegocio de exportación que destruyen la naturaleza dejando un rastro de daños ambientales irreversibles y no producen alimentos saludables para nuestros pueblos?

¡Unifiquemos nuestras luchas para enfrentar el Sistema de la Deuda realizando su auditoría integral! ¡Garanticemos una vida digna a los pueblos de América Latina y el Caribe!

Coordinación Nacional de la Auditoría Cidadã da Dívida.

■ La Auditoría Cidadã da Dívida (ACD) es un movimiento popular, creado después del gran plebiscito sobre la deuda externa ocurrido en 2000, en el que más de 6 millones de brasileños votaron en contra del pago de la deuda sin realizar la auditoría. Desde entonces, las numerosas investigaciones realizadas con carácter ciudadano, así como la participación institucional de nuestro movimiento, han comprobado varias irregularidades que refuerzan la necesidad de una auditoría integral de la deuda pública, con participación social.

■ El Consejo Político de la ACD está integrado por decenas de entidades sindicales y movimientos populares. Invitamos a todas las organizaciones brasileñas presentes en esta Jornada de Integración, que aún no participan, a ser parte de este importante Consejo y de los Núcleos de la Auditoría Cidadã que están funcionando en varios estados.

■ Actualmente, la ACD está construyendo, con diversas organizaciones, diputados y diputadas, dos importantes frentes de lucha abiertos a la participación: una Campaña Nacional por los Derechos Sociales y un Frente Parlamentario por el Límite de Intereses y Auditoría Integral de la Deuda con Participación Popular. Obtenga más información en nuestro sitio web: www.auditoriacidada.org.br.

A nuestros compañeros y compañeras de otros países, destacamos la importancia de crear o apoyar movimientos similares. Cuenten con nuestra solidaridad internacionalista para enfrentar juntos el Sistema de la Deuda.

¡Venceremos!

**DESCARGA
EL FOLLETO Y
CONOZCA MÁS:**



www.auditoriacidada.org.br
contato@auditoriacidada.org.br

¡Síguenos en las redes digitales!